



## Reivindicando fluxos em contextos de desigualdade: os povos indígenas do sertão de Itaparica e a Transposição do Rio São Francisco

*Carla Souza de Camargo<sup>1</sup>*

### **Resumo:**

Este artigo se insere no debate acerca do novo panorama de desafios colocados aos modos de vida das populações tradicionais frente a projetos de grande infraestrutura. A partir de uma etnografia dos processos de negociação, articulação e resistências de povos indígenas envolvidos no processo de construção do Eixo Leste da Transposição do Rio São Francisco, o objetivo deste artigo é colocar em discussão como esta obra causa grande instabilidade aos povos tradicionais que habitam o sertão de Itaparica, região de intensa modificação ocasionada pelos grandes projetos de desenvolvimento. O artigo também procura dar visibilidade à ação política dos povos indígenas do sertão de Itaparica, principalmente acerca dos espaços institucionais de negociação sobre a água. Coloca-se em debate como não é possível pensar a ação política dos povos indígenas pela água descolada das reivindicações sobre a terra. Essa ação política caracteriza-se pelas associações com instituições, organizações não governamentais e outras populações tradicionais para, por um lado, discutir, pressionar e garantir as políticas públicas necessárias para a mitigação de impactos e, por outro lado, participar da gestão, avaliação e preservação do Rio São Francisco.

**Palavras-chave:** Transposição das Águas - Rio São Francisco; Povos Indígenas; Nordeste do Brasil; Projetos de Desenvolvimento; Movimentos Sociais.

### **Abstract:**

This article is part of the debate about the new panorama of the challenges posed to the traditional populations' livelihoods faced by large infrastructure projects. Based on an ethnography of the processes of negotiation, articulation and resistances of indigenous peoples involved in the process of construction of the East Axis of the Transposition of the São Francisco river, the objective of this article is to discuss how this work causes great instability to the traditional peoples that inhabit the sertão of Itaparica, a region of intense modification caused by the large development projects. The article also seeks to give visibility to the political action of the indigenous peoples from sertão of Itaparica, mainly about the institutional spaces of negotiation about water. It is debated how it is not possible to think about the political action of the indigenous peoples reclaiming the water detached from the claims on the land. This political action is characterized by the association with institutions, non-governmental organizations and other traditional populations, on the one hand, to discuss, press and guarantee the public policies necessary to mitigate impacts and, on the other hand, to participate in the management, evaluation and preservation of the São Francisco River.

**Key words:** Transposition of waters – São Francisco river; Indigenous peoples; Northeast Brazil; Development Projects; Social Movements.

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais, Tutora Auxiliar Docente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e na Laureate International Universities (UniRitter).

A partir de uma etnografia dos processos de negociação, articulação e resistências de povos indígenas com diferentes agentes envolvidos no processo de construção do Eixo Leste da Transposição do Rio São Francisco, o objetivo deste artigo é colocar em discussão como esta obra está imbricada em uma região de intensa modificação ocasionada pelos grandes projetos de desenvolvimento, causando grande instabilidade aos povos tradicionais que ali habitam. Mesmo que o projeto se designe inicialmente como uma obra de desenvolvimento que veicula um interesse próximo a uma política pública, que busca a garantia de acesso à água – sendo o *slogan* do projeto de transposição a frase “água para quem tem sede” –, hoje o panorama que é colocado por sua construção opera antes como um objeto de insegurança para os povos indígenas e comunidades rurais diretamente implicados. Outro ponto fundamental para a discussão é demonstrar que longe de se apresentar como um lugar estéril por conta de condições naturais hostis, o sertão de Itaparica é portador de territórios produtivos, altamente fragmentado, profundamente desigual e intensamente povoado, ao mesmo tempo que contraditoriamente escolhido como um foco de grandes obras de desenvolvimento. Partimos de uma rápida discussão sobre o perfil das políticas de desenvolvimento conduzidas no Brasil desde o ano 2000, e passamos a discutir o caso específico do projeto popularmente conhecido por “Transposição do Rio São Francisco”, a partir dos dados provenientes de minha pesquisa de doutorado, conduzida entre os anos de 2013 e 2017, com um trabalho de campo na microrregião do sertão de Itaparica<sup>2</sup> (PE).

### **O PAC I e II e as populações tradicionais**

No Brasil, as últimas décadas do século XX e a primeira década do século XXI marcam um período de remodelamento das antigas políticas públicas. Cada vez mais interessadas pela singularidade e pela diferença entre as camadas sociais a que eram direcionadas, as novas políticas sociais eram preferidas em relação às antigas políticas públicas, informadas majoritariamente pela universalidade de abrangência e pela igualdade jurídica de direitos. Da Consolidação das Leis Trabalhistas, do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) ou do Inamps, seguro saúde garantido aos trabalhadores contribuintes da previdência social, passamos a um contexto de reinvenção dos movimentos sociais, dos partidos políticos, e da relação entre academia e política a partir do final dos anos 70.

Nesse contexto, as populações tradicionais e os povos indígenas conquistaram alguns espaços importantes de resguardo de suas práticas, modos de vida, recursos naturais e acesso à terra. Ressalta-se, nesse panorama, como a organização do movimento indígena nas décadas de 1970 e 1980 implicou diretamente na conquista de espaços anteriormente negados aos povos

<sup>2</sup> Insisto em chamar de sertão de Itaparica por ser uma forma mais sintética para me referir ao espaço da pesquisa etnográfica. No entanto, cidades no Sertão do Pajeú e no Vale do São Francisco da Bahia também são parte do trajeto de pesquisa. Especificamente, fazem parte desta pesquisa meus trajetos pelas cidades de Serra Talhada, Ibimirim, Floresta, Jatobá, Petrolândia e Rodelas.





tradicionais até a Constituição Federal de 1988, principalmente, no que diz respeito aos direitos sobre sua língua, cultura, práticas, modos de vida e território tradicional.

Observou-se a consolidação de políticas públicas que visavam populações até então à margem da assistência governamental, como os próprios povos indígenas, negros e negras, mulheres, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, entre outros. Essas políticas, políticas de ação afirmativa no sentido amplo do termo, buscavam estabelecer um novo patamar de justiça social e de igualdade jurídica de fato entre as camadas da população brasileira. Implementavam-se, principalmente, por militantes, tecnocratas vinculados a movimentos sociais e intelectuais que a partir dos anos 90 ascendiam ao poder público, estimulados por um novo contexto estabelecido de debate com conselhos, conferências e comissões formuladas no paradigma do controle social e da participação popular. A partir dos anos 2000 a ampliação desse cenário de implantação de políticas sociais se deu a partir da eleição do presidente Lula.

Isso não implicava, contudo, que as ações seguissem de maneira uniforme um mesmo sentido. De um lado do espectro governamental, tínhamos, por exemplo, a problematização da questão racial<sup>3</sup>, da violência contra as mulheres<sup>4</sup>, da pobreza extrema<sup>5</sup>, da oferta de vagas no ensino superior brasileiro<sup>6</sup>, ou da assistência a idosos<sup>7</sup>. De outro lado, uma margem significativa de problemas sociais era deixada em segundo plano, e até mesmo agravada por um viés das ações governamentais que remetiam ao passado desenvolvimentista do governo brasileiro.

Nesse ínterim, um novo panorama de desafios aos modos de vida tradicionais é configurado, nos últimos quinze anos, a partir da adoção de um projeto político para o desenvolvimento da infraestrutura do país. Este modelo de investimento político-econômico privilegiou ações que propunham a construção de obras de grande infraestrutura em diversas partes do Brasil, envolvendo principalmente a geração de eletricidade, intensificação da mineração e a construção de ferrovias, rodovias e portos, almejando tornar o país, em especial as regiões Norte e Nordeste, espaços mais atrativos ao investimento de capital estrangeiro e nacional. Tais áreas do país eram consideradas inapropriadas para exploração e fixação de empresas e indústrias, por não oferecerem capacidade de suprimento hídrico, energético e, até mesmo, de escoamento de produção. Através desses atos de governo, considerados por muitos especialistas na área ambiental e tecnológica como desastrosos (e desastrosos), o governo brasileiro investia simultaneamente em frentes de seu projeto político: a geração de empregos e a criação

---

3 Por exemplo, com a SEPPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e a consolidação das políticas de ações afirmativas no ensino superior brasileiro.

4 Com os casos mais significativos da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e a consolidação das Delegacias de Defesa da Mulher.

5 Principalmente com os programas Fome Zero e Bolsa Família.

6 Com a ampliação de vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior, com o REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), e a criação de novas Instituições, entre universidades e institutos federais, estes com oferta de vagas para ensino médio profissionalizante e para cursos tecnológicos.

7 Especialmente com a criação do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003).

de um espaço atrativo para empresas e indústrias se desenvolverem. Tais plataformas políticas estavam supostamente envolvidas com esquemas de beneficiamento de empreiteiras que eram, em grande parte, financiadoras das campanhas eleitorais<sup>8</sup>.

O Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco às Bacias do Nordeste Setentrional, popularmente conhecido por Transposição do Rio São Francisco, insere-se no cerne deste panorama desenvolvimentista. Esta obra apresenta-se como um projeto de infraestrutura hídrica, empreendido pelo Governo Federal sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, que busca solucionar problemas sociais e econômicos decorrentes da escassez de água. O projeto reside na construção de dois sistemas independentes – denominados eixos norte e leste – para a captação de água do Rio São Francisco entre as barragens de Sobradinho e Itaparica, em Pernambuco. Nestes sistemas, ainda está prevista a construção de canais, reservatórios, estações de bombeamento e usinas hidrelétricas. Segundo o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA, 2004) que licencia a obra, o principal objetivo é assegurar a oferta de água para suprir as necessidades de abastecimento de municípios do semiárido, do agreste pernambucano e da região metropolitana de Fortaleza. Essa região atendida pelo projeto encontra-se na área delimitada como Polígono das Secas<sup>9</sup> e a população que será assistida é estimada em 12 milhões de habitantes. Entretanto, quando o projeto de Transposição do São Francisco toma corpo, diversos seguimentos da sociedade mostram-se contrários à sua realização, por diversos motivos, dentre eles, principalmente, os impactos socioambientais que lhe são decorrentes<sup>10</sup>.

O problema das secas em municípios do Nordeste brasileiro e os fluxos de migração para áreas não afetadas é antigo, sendo descrito pela primeira vez ainda durante o Brasil-Colônia (VIANA, 2005; RIMA, 2004; TEÓFILO, 1979; VILLA, 2001). Após a independência do Brasil, em 1838, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que tinha por função propor ações que impulsionassem o desenvolvimento do país, entre elas, soluções científicas para o combate das secas. O chefe de um grupo de especialistas do IHGB, o Barão de Capanema, em 1859, é o primeiro a esboçar um sistema que desviasse uma porção das águas do Rio São Francisco para o interior do Ceará (RIMA, 2004). Porém, não existiam meios para a realização deste projeto e optou-se pela construção de estruturas de armazenamento de água. Outros órgãos como a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foram criados com a proposta de gerar melhores condições de desenvolvimento para

---

8 Durante o trabalho de campo, diversos presidentes de empreiteiras ligadas ao governo federal e a obras do PAC foram presos pela operação Lava-jato. Diversas empreiteiras ligadas à Obra da Transposição tiveram trabalhos reduzidos, alterados ou encerrados durante o desenvolvimento da pesquisa.

9 O chamado polígono das secas foi circunscrito pela lei nº 1.348, de 10 de fevereiro de 1951. É assim circunscrito por se tratar de uma extensão do território onde o regime pluviométrico é marcado por irregularidade de chuvas, temporal e espacialmente (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA [MME], 2005).

10 Menezes (2009) mapeia alguns conflitos decorrentes deste projeto, e aponta a criação do Fórum Permanente da Defesa do São Francisco da Bahia como coletivo articulado de vários seguimentos da sociedade civil que, por meio de sua mobilização, participaram da formulação de programas adjacentes ao projeto principal.





o Nordeste, não somente mediante o combate à seca, mas também a partir da geração de Energia Elétrica e desenvolvimento industrial e agrícola.<sup>11</sup>

Destacada dos contextos sociais e geográficos específicos, a seca como risco natural não pode mais ser entendida como um elemento válido para motivar uma obra como a transposição do São Francisco. A seca pode ser descrita como um processo ecológico, econômico e social, com diversas camadas semânticas quando se trata da questão associada à região Nordeste do Brasil. A seca não é só o processo decorrente do baixo índice pluviométrico da região<sup>12</sup>. Ela assume contornos muito diversos: na literatura, na mídia, na política e também no senso comum. Elemento fundamental no desenvolvimento da história política do país, a seca é comumente associada à migração, o que mudou muito depois dos anos 2000. O Censo 2010 (IBGE, 2010) aponta, por exemplo, uma redução em aproximadamente 30% a migração dos estados de Pernambuco e Paraíba para outros estados do país na última década. Segundo dados do Ipea (2010) acerca da migração interna no Brasil, publicados em 2010, percebe-se que, durante quase uma década 2000-2008, as migrações do Sudeste para o Nordeste superaram significativamente as migrações do Nordeste para o Sudeste.

A Transposição do Rio São Francisco compõe um panorama desenvolvimentista, inserido nos projetos federais chamados “Programa de Aceleração do Crescimento” - PAC I e II, o primeiro lançado em um plano de metas no primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2004-2007), entrando efetivamente em atividade em 2007, e o segundo durante o governo da Presidente Dilma Rousseff, em 2011.

Não foram poucas as movimentações da sociedade contra considerável parte dos projetos propostos desde o primeiro PAC, pois resgatavam ideias propostas em diferentes momentos da política brasileira, muitas delas idealizadas durante a ditadura militar. Uma mistura de visões megalomânicas, soluções milagrosas, construções faraônicas que traduziam uma concepção de desenvolvimento renovada, que não alterava significativamente, contudo, os moldes de construção e implementação dos projetos de desenvolvimento. Este modelo de Estado apostava nos megaprojetos como garantia desenvolvimento, sem considerar duas pautas essenciais delicadamente traçadas na Constituição de 1988: os direitos das populações tradicionais sobre seu território e a necessidade de defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Apesar de circunscrever-se em uma área precisa, a questão da Transposição do São Francisco e as populações tradicionais implicadas pela obra encontra ressonâncias em diversas regiões do país, em especial na região Norte e Centro-Oeste. A construção da Usina Hidrelétrica de Jirau (RO), Usina Hidrelétrica Santo Antônio (RO), Usina Hidrelétrica Belo Monte (PA) e o

---

11 Atualmente, três órgãos (DNOCS, CODEVASF e SUDENE) estão vinculados ao Ministério da Integração Nacional, responsável pelo Projeto da Transposição do rio São Francisco. A CHESF é vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

12 Segundo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2011), o índice pluviométrico das cidades do sertão de Itaparica é de 600 milímetros anuais, enquanto que no vale do São Francisco o índice é ainda menor, cerca de 500 milímetros anuais.

projeto do Complexo Hidrelétrico do Tapajós (PA) são alguns destes projetos, as duas primeiras colocando amplamente um risco a indígenas isolados e uma dezena de povos indígenas da bacia do Rio Madeira<sup>13</sup>. Os projetos Belo Monte e Tapajós tiveram maior repercussão na população, ganhando espaço até mesmo na grande mídia, envolvendo uma série de atores que ainda tentam evitar os imensos danos ambientais e sociais às populações indígenas implicadas<sup>14</sup>; tais obras passaram com diversos embargos e retomadas em sua construção.

Ao todo, os PAC I e II colocaram em marcha 211 projetos de infraestrutura hídrica, 31 no estado de Pernambuco. Estas propostas do governo federal privilegiam a construção de barragens, adutoras e perímetros irrigados, em sua maioria, em estados do Nordeste e também Minas Gerais, que compõem o Semiárido brasileiro.



Mapa 1 - Transposição do Rio São Francisco. Fonte: Instituto Humanitas Unisinos ([www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br))

Percorrendo grande parte da região do semiárido brasileiro, o Rio São Francisco é considerado o Rio da “Integração Nacional”. Essa nomenclatura lhe foi dada por sua grande extensão, e foi originada no imaginário da construção nacional; depois da década de 1940, o Rio São Francisco começa a se transformar num caminho operativo da busca pelo desenvolvimento regional (LIMA, 2002). O Rio nasce em Minas Gerais, nas proximidades da Serra da Canastra e fornece água para 6 estados (Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Goiás), sendo sua bacia responsável pelo abastecimento de 504 municípios (TOMÁZ et al., 2008; RIMA, 2004). Somando-se a isso, o Rio apresenta imensa diversidade sociocultural, sendo apontado um total de 32 povos indígenas que têm

13 A FUNAI alertou sobre o risco aos indígenas isolados e também aos povos Karitiana, Karipuna, Urueu-Wau-Wau e Katawixi. Indiretamente também alertam sobre riscos aos povos Parintintin, Tenharim, Pirahã, Jiahui, Tora, Apurinã, Mura, Oro Ari, Oro Bom, Cassupá e Salamã.

14 Asurini do Xingu, Araweté, Kararaô, Arara da Volta Grande, Xipayá, Mundukuru, Juruna, Kuruaya, Parakanã, Xikrins do Bacajá, Kayapó e Munduruku.





população estimada em torno 70.000 indígenas (TOMÁZ et al., 2008)<sup>15</sup>. Além destes, há um grande número de comunidades rurais, entre ribeirinhos, quilombolas e camponeses, que se alimentam do Rio e possuem uma ligação identitária muito especial com ele, não raro chamado “o Velho Chico” (DHESCA, 2010). Para grande parte dos povos indígenas, o Rio São Francisco é chamado de Opará, que significa “o rio-mar”, fonte de recursos, mas também abrigo de *Encantados*<sup>16</sup>.

Os grupos com os quais realizei pesquisa, Tuxá, Pankararu e Pipipã foram implicados pelo projeto de transposição do Rio São Francisco. Apesar da existência de diversos grupos indígenas na região, como demonstrado em ampla literatura sobre o Vale do São Francisco, nos relatórios oficiais produzidos por estudos de impacto ambiental, somente o povo Pipipã aparecia como população indígena diretamente impactada com a construção do “Eixo Leste”. Isso porque o canal leste atravessa o território reivindicado pela etnia, ainda em fase de titulação, além de localizar-se aos pés da Serra Negra, uma reserva biológica de grande importância para diversos grupos étnicos, território reivindicado como sagrado e indissociável da vida social do povo Pipipã.

A partir do meu trabalho de campo junto às associações e lideranças comunitárias, percebi que haviam diversos povos indígenas que reclamavam seus direitos de participar das decisões sobre o Rio São Francisco. Esses povos não moravam no território a ser tomado pelo canal leste da Transposição, mas haviam sido desterritorializados pela construção de uma barragem na década de 1980 e exerciam constante ação política reivindicando a continuidade de suas relações com o Rio. Por meio de diversos fluxos que integram a relação entre o Rio São Francisco e os povos indígenas do sertão de Itaparica, passei a investigar a ação política de três povos indígenas, junto a seus muitos *parceiros*. Em outras palavras, ao percorrer o território da ação política dos indígenas, *andei* com diferentes agentes, envolvendo-me com diferente modulação e intensidade em cada parcela do trabalho de campo, segui os canos e os fluxos<sup>17</sup> de água, mas também parei para observar o que as populações fazem “quando a água para”. Este modo de investigação me permitiu perceber como o fluxo do rio e seu território “fluido”

---

15 A grande diversidade sociocultural motivou diversas pesquisas e trabalhos na região. Os primeiros estudos de comunidades do São Francisco datam a década de 50, com mais de vinte pesquisadores coordenados por Donald Pierson, em um projeto financiado pelo Instituto de Antropologia Social do Smithsonian Institution e a Companhia do Vale do São Francisco (PIERSON, 1972; LIMA, 2002).

16 Os *Encantados* me foram apresentados como índios que se encantaram em vida, que antes da morte passam por uma transformação, tornando-se imortais e usam como morada elementos nativos do meio ambiente. Em cada povo existem diferenças quanto aos sinônimos aplicáveis a estes entes, mas em alguns casos, eram chamados de *Encanto*, *Mistério*, *Encantado de Luz*, *Guerreiros Encantados*. Para uma melhor descrição dos Encantados, ver Arruti (1996) e Albuquerque (2017).

17 Apesar dessa estratégia metodológica não ter sido pensada antes do trabalho de campo como forma mais eficaz para nosso caso etnográfico, encontrei semelhantes posições em trabalhos recentes que englobam rios e seus fluxos, como o de Franz Krause (2010; 2014). O trabalho de Krause apresenta uma preocupação com os fluxos do rio Kemi e a relação das pessoas que vivem ao longo do rio, ao norte da Finlândia, suas práticas, narrativas e, também, a relação com as transformações decorrentes da implantação de um projeto hidrelétrico. Além disso, na antropologia brasileira, trabalhos recentes tentam englobar a questão dos movimentos etnográficos, mesmo que não especificamente relacionados à água, como os recentes trabalhos de John Comerford, Ana Carneiro, Grazielle Dainese e Carmen Andriolli (2015).

se constituem de diferentes componentes, como água, chuva, peixes e plantas, mas também de *encantados*, política, usinas hidrelétricas, concreto e movimentos sociais.

Opto nesta análise pelo uso dos conceitos de “desterritorialização” e “reterritorialização” como utilizados por Deleuze e Guattari em diversas obras, mas especialmente pelas definições traçadas na obra *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (1997). Longe dos exemplos aplicáveis ao contexto social brasileiro, esta opção se justifica porque nela não há delimitação do território como sujeito ou objeto, pois o território, assim como os processos de desterritorialização e reterritorialização, são passíveis de existirem tanto enquanto espaço vivido como quanto processo de subjetivação. Partindo destes pressupostos é que buscamos analisar o indissociável elo entre território e luta política das populações afetadas pela Transposição do São Francisco, que tem como valor fundamental a manutenção das relações das suas comunidades com a água. Não só pelo direito de utilização desse recurso natural para fins de produção e reprodução, mas, de igual modo, pelas dimensões da água enquanto componente de um território de subjetividade, equacionado de maneira singular por cada grupo afetado pelas transformações na bacia do São Francisco.

Entre o Rio São Francisco e as Serras, os povos indígenas do sertão de Itaparica reconhecem diversos fluxos imbricados aos da água. Isso porque, estes povos partilham traços em comum em suas cosmologias, que se compõem através dos elementos nativos da paisagem do sertão. Essa cosmologia ecológica, de caráter concreto e cotidiano, é muito sensível às mudanças no ambiente nativo, que significam um risco não somente às entidades não-humanas, mas também plantas, animais e homens. Desta forma, cada qual a sua maneira, os três povos indígenas com os quais me relacionei de maneira mais próxima durante o trabalho de campo elaboram as noções de preservação ambiental como medidas práticas à preservação de suas existências. Ao mexer com o ambiente no qual se constituem diversas concepções de mundo material, de maneira imbricada com os territórios onde se inscrevem o *sagrado*<sup>18</sup>, a intervenção Estatal constitui grande risco e ameaça aos modos de vida que se constituem neste território. As intensas transformações no território no sertão de Itaparica incidem diretamente sobre os corpos, as paisagens e o Rio, colocando todos estes elementos sob o signo da vulnerabilidade.

---

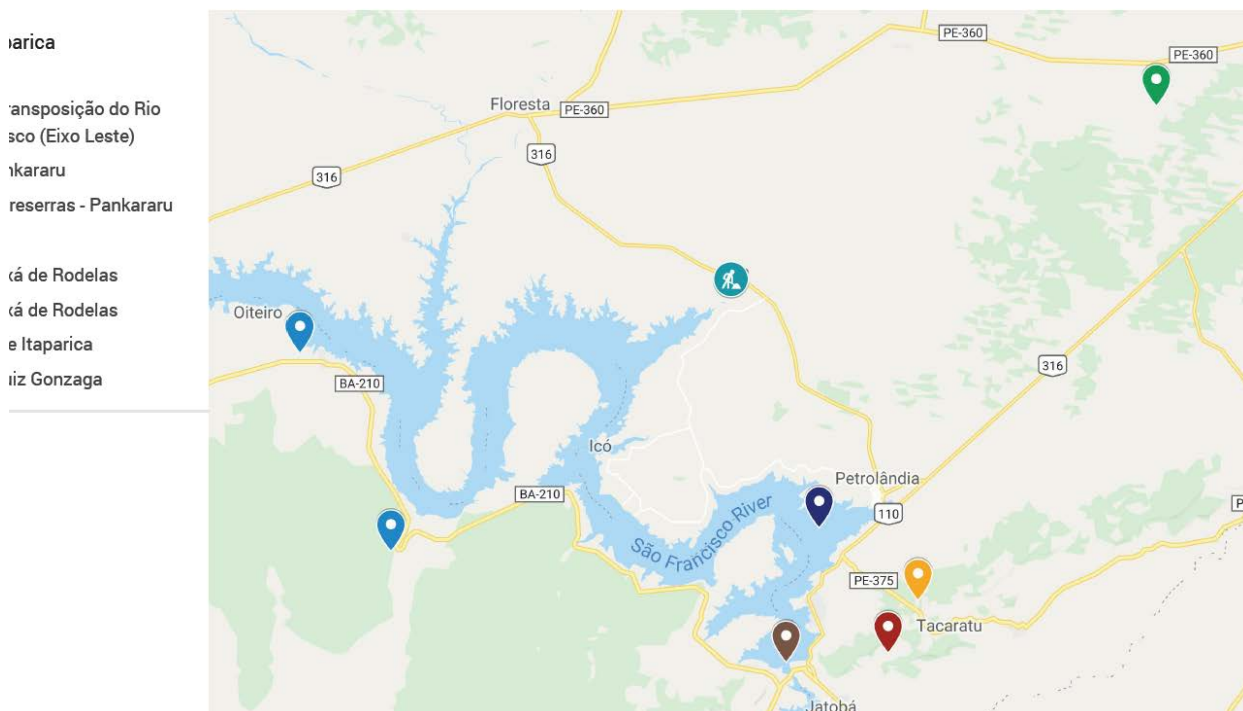
18 Os elementos da Caatinga compõem diversas cosmologias entre os povos indígenas do sertão de Itaparica que, no entanto, partilham de elementos comuns. No centro desse sistema de trocas, o rio, a Jurema, o Croá e os *Encantados*, produzem congruências que permitem aos povos a partilha de ações e intensões rituais em momento de ação coletiva.







## O sertão de Itaparica: do *dilúvio* à *transposição*



Mapa 2 – Terras indígenas no sertão de Itaparica e os empreendimentos. Fonte: Google Maps. 2018

“Para falar dos impactos da Transposição, primeiro você tem que falar das barragens”, recomendou-me com veemência Raimundo Nonato, cacique do povo indígena Tuxá de Rodelas<sup>19</sup>, quando fomos apresentados. O povo Tuxá foi desterritorializado por volta de 1985 no processo de construção da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga, também chamada UHE Itaparica. Na ocasião, diversas comunidades foram removidas de suas terras, pois o empreendimento de construção da barragem acarretou a submersão de territórios entre Bahia e Pernambuco, provocando o deslocamento de cerca 40 mil pessoas ou 10.500 famílias.

Após reiterar a importância do estudo das barragens, o cacique Raimundo me alertou para as diversas correlações entre os projetos hidrelétricos no São Francisco e o projeto da Transposição<sup>20</sup>. Não obstante, o líder Tuxá evidenciou a relação de interdependência entre o lago de Itaparica e o canal leste da Transposição, uma vez que a captação do canal retira água de uma represa contígua ao lago de Itaparica, que fora artificialmente construída dentro do projeto da Usina Hidrelétrica de Itaparica (UHE Luiz Gonzaga).

Separados por duas décadas, os projetos em questão foram executados pelo Governo Federal, embasados em justificativas que visavam interesses muito diferentes. Enquanto as barragens foram consideradas como indispensáveis para produção de eletricidade a partir do uso das águas do Rio

19 Os Tuxá de Rodelas têm dois caciques, Raimundo Nonato e Anselmo da Conceição.

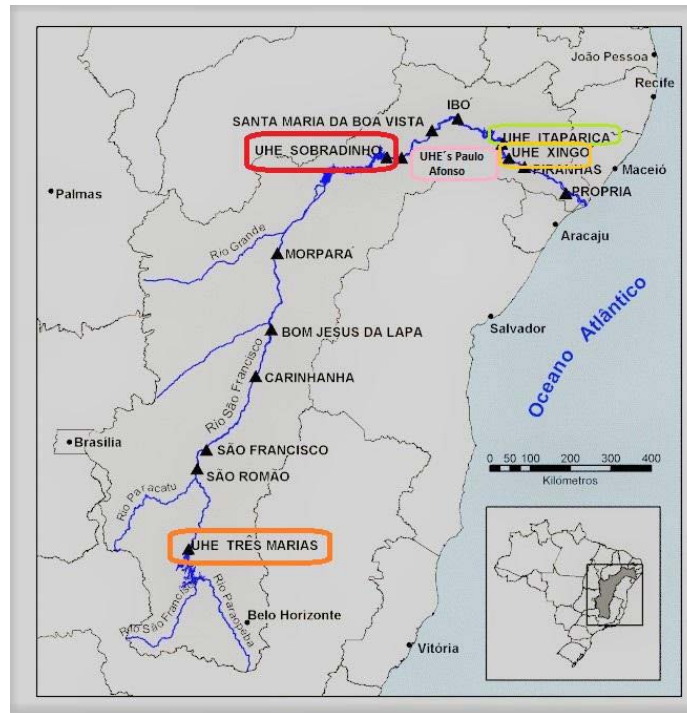
20 Opto por chamar o Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco às Bacias do Nordeste Setentrional por se tratar da forma que meus interlocutores de pesquisa se referem a esta obra.

São Francisco, a Transposição do Rio São Francisco aparece sempre atrelada à prerrogativa da disponibilização de água *a quem tem sede*. No entanto, a partir do contato com as comunidades tradicionais no sertão de Itaparica evidenciaram-me a perspectiva local de que tais “projetos de desenvolvimento” partilham sempre uma mesma rubrica, método de execução e finalidade muito nebulosa, injustificável aos olhos das comunidades tradicionais diretamente envolvidas.

A primeira correlação apontada entre os projetos relacionados no sertão de Itaparica são as comunidades tradicionais e ribeirinhas, que estão sendo diretamente afetadas pelas modificações no Rio São Francisco. Dentre estas, é importante destacar os setores sociais que dependem do lago da hidrelétrica Luiz Gonzaga. É inegável o quanto a construção do canal Leste da transposição afeta os habitantes deste território. O Rio São Francisco se represa no lago de Itaparica, e assim, o fluxo de água disponibilizado pelo canal Leste apenas pode ser escoado a partir deste lago. Com isso, todos os fluxos liberados pelas hidrelétricas, já anteriormente negociados entre os gestores das águas e os setores sociais que dependem do lago de Itaparica, precisarão ser renegociados quando a obra estiver completa. Desde a construção de Itaparica, as comunidades tradicionais perderam o livre acesso à água, bem como, às técnicas tradicionais de manejo baseadas nos diferentes fluxos naturais do Rio. Atualmente, tais comunidades dependem de uma negociação constante sobre a vazão volumétrica de água que será liberada pelos reservatórios das hidrelétricas do São Francisco, principalmente acerca dos fluxos provenientes da UHE de Sobradinho.

A segunda correspondência traçada em relação a projetos de desenvolvimento no sertão de Itaparica é o interesse de décadas do Governo Federal pela região do submédio e baixo São Francisco. Podemos perceber um empenho de quase cinquenta anos na construção de um complexo hidrelétrico ao longo do Rio São Francisco, que ainda não foi concluído. A construção da UHE Luiz Gonzaga (1979-1988) faz parte deste complexo de usinas para a geração de eletricidade ao longo do São Francisco, que já conta com as seguintes hidrelétricas finalizadas: UHE Paulo Afonso (complexo de quatro hidrelétricas, 1954-1979), UHE de Sobradinho (1973-1979) e UHE Xingó (1987-1994). No plano integral de execução da Transposição do São Francisco, existe a previsão de construção de duas hidrelétricas, as UHEs Pedra Branca e Riacho Seco, que sucederiam a construção do canal leste. Ainda na região, a cidade de Itacuruba foi cotada pelo Governo Federal (através da empresa Eletronuclear) como a primeira cidade do Nordeste a receber a instalação de uma Usina Nuclear.





Mapa 3 -Painel dos projetos hidrelétricos no Rio São Francisco<sup>21</sup>. Fonte: ANA, 2016.

A terceira correspondência traçada por meus interlocutores de pesquisa é a ação política dos movimentos sociais em resposta a estes projetos de desenvolvimento. A visão de que os *empreendimentos* que visam a construção de Usinas Hidrelétricas têm ligação com a construção dos canais da Transposição do São Francisco, mais do que um discurso, é expressa pela ação política das comunidades locais. A noção de *empreendimento*, mobilizada em distintos contextos por meus interlocutores de pesquisa, busca agregar a ideia de que existe um lucro monetário, ou negociata em relação às grandes obras, entendendo que estas expressam na proposta de “desenvolvimento” o atendimento a interesses de pequenas elites locais que visam rentabilidade em detrimento da aniquilação dos modos de vida tradicionais ligados a esta territorialidade.

Em poucas palavras, a noção de *empreendimento* busca enfatizar que os grandes projetos na bacia do São Francisco trazem consigo imensuráveis perdas ao Rio e aos seus povos, em favor do lucro de uma minoria. Francisco Carlos Dipeta Tuxá<sup>22</sup>, coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) no norte da Bahia, deixou clara a sua visão sobre estes *empreendimentos*. Segundo ele, as obras estão baseadas em estratégias de ação perversas para com as populações tradicionais, e, em especial, as indígenas.

Porque quando os empreendimentos vêm, eles vêm esfacelando, pra ficar mais fácil. Os grandes empreendimentos do governo, fazem o quê: dividir para esfacelar. (...) Então é isso, hoje

21 Fonte: Boletim de monitoramento dos Reservatórios do Rio São Francisco. Agência Nacional de Águas – ANA. 2016. Disponível em [www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br) .

22 Francisco Carlos Dipeta dos Santos Assis e sua família foram muito generosos comigo e me ensinaram um pouco sobre as determinações, as motivações e desafios implicados na política indígena do Submédio São Francisco.

a grande mídia, os grandes empreendimentos, tentam desconstruir tudo que a gente construiu há séculos, né?! Só que a gente não entra nessa linhagem, porque a gente resistiu. (DIÁRIO DE CAMPO, 2015)

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que a noção de *empreendimento* está relacionada a grandes projetos que já estavam decididos e negociados antes de serem apresentados à população diretamente impactada, e ao desrespeito de qualquer lei que implique a reunião ou consulta prévia às populações tradicionais.

Essa forma de entender os *empreendimentos* é comum às lideranças Tuxá com as quais manteve contato, sendo o sentido do termo constituído a partir das intensas modificações ocorridas não só nos espaços de vida do povo indígena, mas também em toda a sua estrutura social em decorrência da construção da UHE de Itaparica. Na época da construção desta UHE, houve uma grande negociação com a CHESF para a realocação do povo Tuxá, mas o próprio processo de negociação foi tão complexo que acabou gerando disputas internas, que levaram à divisão do grupo.

Os Tuxá não viviam à margem do Rio São Francisco, mas dentro dele. Seu território era composto por um complexo de ilhas em torno da Ilha da Viúva, considerada a principal do arquipélago. Viviam da pesca, da exploração da agricultura de vazante e de um pequeno comércio de excedentes (SAMPAIO-SILVA, 1997). Detinham o controle de seu território e mantinham relações pouco conflituosas com os brancos urbanos de Rodelas, depois de décadas de luta contra proprietários de terra que detinham o poder político na região e avançavam violentamente sobre o território indígena (SALOMÃO, 2009). Com a inundação da antiga cidade de Rodelas e das ilhas habitadas pelos Tuxá, a CHESF, em parceria com a FUNAI, promoveu diversos arranjos para o reassentamento de mais de 200 famílias Tuxá em uma área que, segundo o acordo de 1987, seria de 6.050 ha. No entanto, tal acordo não foi cumprido até hoje.

O que ocorreu foi a realocação dos Tuxá em três territórios apartados. Segundo Francisco Dipeta, a CHESF se aproveitou de fraturas de base familiar e dividiu o povo Tuxá em grupos: Tuxá de Ibotirama, Tuxá de Rodelas e Tuxá de Inajá. Cabe salientar que, atualmente, a ação política Tuxá visa agregar os grupos distanciados pelo processo de reassentamento promovido pela CHESF, bem como cobrar a resolução das antigas pendências dos acordos da década de 1980 com a empresa.

A maior parte das comunidades removidas na construção do reservatório da UHE de Itaparica era composta por pequenos trabalhadores rurais, distribuídos entre sete municípios: do lado baiano, Glória, Rodelas e Chorochó; do lado pernambucano, Itacuruba, Belém de São Francisco, Floresta e Petrolândia. Entre as populações diretamente implicadas na inundação dos territórios descritos, existiam alguns grandes proprietários, pequenos agricultores (45,6% dos reassentados), pescadores, arrendatários, meeiros e dois povos indígenas, os Tuxá e os Pankararu (ARRUTI, 1996).

A UHE Itaparica ocasionou a remoção de um grande número de comunidades de suas terras. O reassentamento dessas comunidades não foi feito nas imediações do novo reservatório,





ficando a maioria dos reassentados em territórios apartados e muitas vezes sem acesso ao leito do Rio. Como afirma Scott (2009), os reassentados foram levados para a caatinga, sem condições de produzir – uma vez que os projetos de irrigação demoraram muito para serem efetivados, quando o foram –, fazendo com que estas pessoas perdessem a noção espaço-temporal que lhes era provida pelo Rio e mais do que isso, pareciam ter retornado a um modo de vida quase inóspito, narrado pelos pais ou famílias que haviam migrado das terras mais áridas em busca de solos mais férteis nas proximidades do Rio. Para o autor, essa realocação se sustentou a custo de uma campanha enganosa, baseada na promessa de melhores condições de vida, através de propagandas, que transformava as “vítimas” do processo de alagamento em “beneficiários” de terras abundantes, como ilhas irrigadas no meio da caatinga. O resultado, radicalmente oposto aos objetivos enunciados, foi a perda de controle sobre a mão de obra familiar e a ineficiência na redução da desigualdade entre proprietários e trabalhadores.

Outro autor que trata dessa temática é Sampaio-Silva (1997) que, assim como Parry Scott, expõe que a falta de perspectiva foi o motor implacável dessa queda na qualidade de vida e empobrecimento das populações realocadas. O grande problema, apontado pelos autores, foi a crença na realidade inexorável do futuro que lhes era apresentada. Ainda segundo Scott (2009: 176), a CHESF divulgava sua política desenvolvimentista, que partia da ideia de que haveria uma causalidade direta entre a geração de energia elétrica, o progresso, o desenvolvimento capitalista e a superação dos problemas sociais.

As comunidades reassentadas sofreram diversas modificações no seu modo de vida, organização social, meios de produção e também de manejo do meio ambiente. O principal atrativo dos projetos de reassentamento da CHESF residiu na oferta de lotes irrigados para a agricultura. Por conta do histórico de baixo índice pluviométrico na região, mesmo com a proximidade em relação ao Rio, a agricultura é muito difícil, sendo necessário algum tipo de mecanismo de bombeamento de águas para irrigação. Com os projetos de reassentamentos da CHESF, propagou-se a ideia de que os novos lotes de terra restituídos pela empresa seriam muito melhores que os antigos, já que havia a garantia de que aos novos lotes seriam destinados mecanismos de irrigação.

Mesmo antes da construção da UHE de Itaparica, os Pankararu já sofriam com problemas decorrentes da seca, como apontado por Silva (2003 [1975]). Segundo o autor, os Pankararu trabalhavam na produção agrícola e venda direta para consumidores não indígenas, em feiras nas cidades próximas, principalmente Petrolândia e Tacaratu. Não contavam com qualquer tipo de auxílio do poder público à época para suas atividades produtivas e por isso enfrentavam muitas dificuldades, principalmente pela falta de investimento na agricultura.

A T.I. Pankararu<sup>23</sup> fica a cerca de 8 km do Rio São Francisco e as dimensões compartilhadas entre este grupo indígena e o Rio são de muitas ordens. A construção da barragem de Itaparica

---

23 O povo Pankararu vive em uma T.I. homologada em 1987, reconhecida pelo SPI na década de 1940. No entanto esta demarcação não reconheceu toda a dimensão do território reivindicado pela etnia e diversos processos e modificações da extensão do território são enfrentados e finalmente formalizados em 2007, com a homologação da T.I. Entre Serras.

não acarretou o reassentamento dos Pankararu, mas numa intensa transformação do território e da vida cotidiana dos indígenas.

Diferente do caso Tuxá, apenas algumas famílias Pankararu que trabalhavam nas margens do Rio foram reassentadas em agrovilas próximas à T.I. Pankararu. Adjacente à T.I. Pankararu, foi criada uma nova cidade para abrigar os trabalhadores da CHESF, e mesmo que já existissem relações de proximidade com os não indígenas, o acesso e a circulação de pessoas aumentou muito com a construção da cidade e também da rodovia BR-110, que liga Paulo Afonso a Petrolândia. Dentro da T.I., as redes de transmissão começaram a figurar na paisagem, que passava a ter energia elétrica de forma gratuita, mas não se garantiu nenhum tipo de indenização aos indígenas pelos “impactos” da construção da barragem.

Contudo, a maior modificação em relação aos danos causados pela construção da UHE Luiz Gonzaga, esta sim, extensiva a todo povo Pankararu, foi a inundação de seus territórios tradicionais, que acarretou em perdas socioculturais imensuráveis. Concebidas enquanto espaços de morada e “produção” de *Encantados*, as corredeiras de Itaparica estão imbricadas na origem mítica dos Pankararu, segundo Silva (2003 [1975]). Arruti (1996) afirma que as cachoeiras submergidas eram pensadas como um signo fundamental do *segredo* da aldeia, conectados a sua *ciência*. As corredeiras foram inundadas na construção do lago resultante da barragem da UHE Luiz Gonzaga, e essa modificação do território da etnia – mesmo que fora da área delimitada pela T.I. – significou o que Arruti chama de *desencantamento*. Mas a construção do Lago de Itaparica também causou outros prejuízos à relação dos Pankararu com seu território. O impedimento do acesso irrestrito ao Rio foi um deles, pois nas imediações da UHE Luiz Gonzaga o banho e a pesca – atividades que eram parte indissociável do cotidiano Pankararu – são práticas proibidas.

O crescimento populacional na T.I. Pankararu, somado às estiagens nos últimos anos – entre 2010 e 2018 o semiárido enfrentou uma seca plurianual muito severa – agravaram um problema já relatado por Sampaio-Silva em 1975: a falta de água. Quase três décadas após a construção da UHE Luiz Gonzaga, os Pankararu ainda não contam com nenhum tipo de bombeamento de água suficiente para suprir o consumo humano dentro da aldeia, somente água para abastecer as escolas e o posto de saúde. O abastecimento na comunidade se faz, como em quase toda a porção rural do sertão de Itaparica, por meio de caminhões-pipa, que trazem água voltada apenas para consumo humano e insuficiente para abastecer a agricultura ou criação de animais. O direito à produção agrícola através de um investimento na disponibilização hídrica é uma bandeira das reivindicações dos Pankararu, que esperam que o problema seja solucionado a partir da instalação de um sistema adutor para as T.I. Pankararu e T.I. Entre Serras, em fase de implantação.

O processo de mobilização dos movimentos sociais de reassentados pela UHE de Itaparica adentra o período democrático brasileiro, mesmo que sua construção tenha se iniciado em meio à ditadura militar. Apesar do novo regime político adotado pós-1988, podemos perceber que os dispositivos resguardados pela Constituição Federal Brasileira para maior inclusão das populações tradicionais nos processos decisórios sobre projetos de desenvolvimento não foram completamente





efetivados, como me sinalizavam meus colaboradores de pesquisa. Mesmo após mecanismos como a Convenção 169 da OIT, da obrigatoriedade do Licenciamento Ambiental, Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais constituírem a prática dos órgãos executores dos *empreendimentos*, o direito efetivo de participação das comunidades tradicionais do sertão de Itaparica é ínfimo.

Em um documento intitulado “Comunicação ao Comitê de Especialistas na Aplicação das Convenções e Recomendações a OIT sobre o cumprimento da Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais”, no contexto do projeto “Protagonismo dos Povos Indígenas Brasileiros através dos instrumentos internacionais de Direitos Humanos” em 2008, as organizações indígenas APOINME, CIR, COIAB e Warã Instituto Indígena Brasileiro redigem uma avaliação sobre as ações do Estado Brasileiro em relação aos povos indígenas. Este documento buscava relatar as violações da Convenção 169, referentes a cinco casos relacionados: a Hidrelétrica de Belo Monte, a Terra Indígena Guarani-Kaiowá, a T.I. Raposa Serra do Sol, a mineração na T.I. dos Cinta Larga e a Transposição do Rio São Francisco. Em relação à Transposição do São Francisco denuncia-se, por meio da ação documental, o desrespeito ao direito de consulta pública com os 38 povos indígenas impactados pela modificação da Bacia do Rio São Francisco, a exemplo do povo Anacé, que será implicado pelo canal que levará água para o Complexo Industrial e Portuário de Pecém. Mais especificamente voltado aos indígenas diretamente implicados pela construção dos canais, o documento denuncia, por um lado a truculência no despejo e interdição de terras para o início das obras e, por outro, a morosidade na demarcação de seus territórios, enquanto a construção dos canais avançava normalmente. Denuncia-se, também, a infração do artigo 49, § XVI, da Constituição Federal, devido aos *empreendimentos* não terem obtido do Senado Federal o aval para a exploração hídrica em Terras Indígenas.

Nesta perspectiva, o documento em questão relembra o artigo 231 da Constituição Federal de 1988 que definia o direito originário dos povos indígenas aos seus territórios tradicionalmente ocupados e previa a demarcação das terras indígenas em cinco anos - matéria em que se avançara muito pouco, então duas décadas mais tarde. A mesma Comunicação de 2008 relembra, ainda, que as terras tradicionalmente ocupadas<sup>24</sup>, a partir da Constituição de 1988, passam a ser patrimônio da União, o que garante aos indígenas ocupantes das terras o uso e manejo dos rios, solos e riquezas naturais existentes. Não obstante, o documento defende que os conflitos vivenciados pelos indígenas têm relação direta com o descaso frente às demarcações de terras indígenas. Especificamente sobre os povos implicados nos territórios onde começam as obras de construção dos canais da Transposição, evidencia-se a insegurança territorial e os inúmeros conflitos, como violência, criminalização de lideranças, conflitos de posse de terra com grupos intrusos, conflitos com grupos econômicos interessados no projeto e, principalmente, desqualificação identitária dos índios mobilizados para intervir no projeto.

---

24 Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008) tem um importante trabalho na designação das terras tradicionalmente ocupadas, principalmente acerca da incompatibilidade dos termos jurídicos com os usos de terra comum a diversas populações tradicionais.

Esses problemas listados acima descrevem o cotidiano Pipipã desde o início dos rumores sobre a construção do Canal Leste, próximo ao território reivindicado pela etnia. Afastados por 50 km do lago de Itaparica, os Pipipã vivem em uma situação de sobreposição territorial. Podemos perceber quatro extratos sobrepostos em um mesmo território: um território indígena reivindicado pelas etnias Kabiwá e Pipipã, mais recentemente identificado como parte da terra indígena Pipipã; uma reserva biológica (REBIO), atualmente administrada pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio); um assentamento de Reforma Agrária, administrado pelo INCRA; e uma área onde está sendo construído o primeiro trecho do canal Leste da Transposição do São Francisco administrada pela Codevasf, mas com sua construção vinculada à Compesa e DNOCs. Neste contexto, pode-se perceber um acirramento dos conflitos fundiários por conta de uma nova obra para disponibilidade hídrica, principalmente motivada pela grande especulação pelas terras que são vizinhas aos novos canais, acuando as comunidades tradicionais que estão em processo de regulamentação de terras. No caso do povo Pipipã, mesmo que tenha se fixado junto ao poder público a prioridade de tramitar a regularização fundiária concomitantemente às obras da transposição, os processos ficaram parados enquanto a obra prosseguia.

O caso Pipipã demonstra o quão é impróprio falar de água sem falar também da terra no sertão de Itaparica, principalmente no que diz respeito à questão do direito de acesso à água, que está vinculada à territorialização dos fluxos do Rio. A ligação do território reivindicado pela etnia, principalmente entre a Serra Negra e os Pipipã, quando traduzida por meio do qualitativo “território sagrado”, traduz somente em parte o elo entre a Serra e seus descendentes. Os registros históricos mostram a relação de diversos povos com a Serra Negra como espaço dos antepassados, dos rituais sagrados, dos conflitos sangrentos e do refúgio. No entanto, a composição da Serra Negra como abrigo de caça, fonte de água, mata nativa não é de menor importância para os Pipipã, afinal, só é a partir da inclusão desses recursos tangíveis que compõem o espaço em disputa que podemos ter maior dimensão dos conflitos do passado e entender como eles se modificaram ao longo do tempo, mas ainda permanecem no presente.

Seria muito importante para a vida cotidiana das aldeias Pipipã se a água do São Francisco fosse disponibilizada para consumo humano, uma vez que atualmente existe um só sistema de abastecimento para todas as aldeias, proveniente de um poço artesiano. A água deste poço é insuficiente para o abastecimento das aldeias Pipipã, e a água amplamente consumida na vida cotidiana é salobra<sup>25</sup>. Na escola, no posto de saúde e na maior parte das residências é esta água que é utilizada, “menos aos hipertensos, por causa do sal que faz aumentar a pressão”, advertia-me o Pajé Expedito.

25 Segundo o Atlas Nordeste de Abastecimento Urbano de Águas disponibilizado pela Agência Nacional de Águas (ANA), a falta de dados acerca da água subterrânea na região é grande. No entanto, é sabido que em grande parte do Semiárido, os sistemas aquíferos apresentam teores de dureza, salinidade e ferro impróprios ao consumo humano. Entretanto, onde a água salobra é a única alternativa, ela é usada no abastecimento humano e em pequenas culturas agrícolas. Segundo a Resolução CONAMA 357/2005: águas doces apresentam salinidade igual ou inferior a 0,5 ‰, as águas salobras salinidade superior a 0,5 ‰ e inferior a 30 ‰ e águas salinas, a salinidade igual ou superior a 30 ‰.







O cacique do povo Pipipã, Valdemir Amaro é contra a obra da transposição, pois defende que essa água dificilmente vai servir para o consumo nas aldeias Pipipã. No entanto, compreende que as pessoas estejam esperançosas, seja pela pequena oferta de alguns postos de trabalho, seja pela proximidade das obras, que gera a impressão de que haverá acesso à água do Canal para a comunidade Pipipã. Para o Cacique, pior do que não ofertar água, é acabar com as únicas fontes de água doce que ficavam dentro de Serra Negra. Segundo ele, desde o começo das obras do canal leste, as fontes de Serra Negra secaram. O Cacique Valdemir associa essa mudança às constantes dinamitações realizadas junto às escavações para a construção do canal, uma vez que o solo nesta região é muito rochoso.

A história das comunidades tradicionais no sertão de Itaparica nos mostra que apesar dos supostos avanços constitucionais, somente a ação política dos movimentos sociais e de suas parcerias é capaz de condicionar forças suficientes para fazer pressão sobre a garantia efetiva de direitos às populações implicadas pelos *empreendimentos*. Pude compreender, portanto, que seguir o discurso das continuidades entre os projetos hidrelétricos e a Transposição do São Francisco era também uma forma de caracterizar suas diferenças, pois o movimento do discurso e da memória perpassavam diversos caminhos, entre o passado, o presente e a esperança de um projeto de futuro.

### **Ação política indígena e as políticas públicas**

Não é possível pensar uma ação política pela água descolada das reivindicações sobre a terra no sertão de Itaparica. Os povos indígenas, assim como outras comunidades tradicionais e do campo, sofreram diversas modificações no seu território com as obras de desenvolvimento no submédio São Francisco, o que alterou não somente seu espaço de residência e produção, mas toda a dinâmica de suas relações sociais. A resistência foi motivada pelo sentimento amplamente compartilhado de que as grandes obras acarretam diversos prejuízos às comunidades tradicionais. A ação coletiva é fruto dessa história, uma resistência estratégica, traduzida amplamente pela palavra *luta*, que conota um verdadeiro modo de existência para diversas lideranças indígenas do sertão de Itaparica. Os dois principais espaços coletivos da *luta* indígena<sup>26</sup> contra a obra da Transposição do São Francisco são a APOINME e um Comitê Especial Indígena formado dentro do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF).

A APOINME (Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito) é a segunda maior organização indígena do Brasil, formada a partir das articulações políticas dos índios Xucuru. Hoje ela é dividida em 4 regionais e, em Pernambuco, a regional é formada pela articulação de 11 povos: Atikum, Fulni-ô, Kambiwá, Kapinawá, Pankararu, Pankaiwká, Pankará, Pipipã, Tuxá, Truká e Xukuru. Segundo Oliveira (2010), esta articulação é o resultado da necessidade

---

26 Um desses espaços de ação, de caráter mais particular de cada povo, é a política eleitoral, que não abarcamos na presente análise, mas que indica um caminho que está sendo admitido como estratégico aos povos indígenas em Pernambuco.

que o movimento indígena tem de se autorrepresentar, em organizações políticas de base étnica definida. Como demonstra a autora, mesmo antes da existência formal desta articulação, já existia a participação de um grupo formado pelos povos indígenas do Nordeste junto ao movimento indígena nacional e que, desde a década de 1990, vinha atuando nas discussões acerca das terras indígenas, educação escolar e saúde indígena. Desde a sua criação formal, em 1995, a APOINME participa ativamente da *luta* para o cumprimento dos direitos indígenas, tendo por reivindicação principal a regularização das terras indígenas, processos de retomadas e ocupação de territórios.

Uma particularidade interessante apontada por Oliveira (2010) a respeito da APOINME é que a associação atua de diferentes formas em cada região em que é subdividida, ação que confere uma independência das microrregiões em relação a suas demandas específicas. Pensadas como uma forma de administração em relação à coordenação e os povos, essas regionais estaduais da APOINME mantém um diálogo direto com os povos representados, elaborando estratégias locais de ação, assim como estabelecendo objetivos que podem ser acolhidos como questão comum à articulação. É interessante ressaltar o acento que a autora promove ao indicar que os indígenas também se apresentam de forma plural no campo das reivindicações políticas, com objetivos diversificados e ações políticas coletivas organizadas. Assim, a ação indígena em cada regional conta com rede específica de alianças, seja com associações, com mobilizações de base étnica, movimentos sociais não indígenas e ONGs, que podem ser aliados em uma regional e não em outra. Um jogo político sem ordenamentos fixados, mas em constante “*flutuação de relações*” (OLIVEIRA, 2010: 143) condicionada por fatores históricos, sociais e políticos de cada região.

Nesta perspectiva, ressalta-se que o movimento indígena no estado de Pernambuco se forma atrelado ao terceiro setor, principalmente a ONGs de cunho ambiental e religioso, em particular, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI)<sup>27</sup>. A parceria entre CIMI e o movimento indígena em Pernambuco remonta à década de 1980, e resultou em um direcionamento mais consistente em relação à cobrança pelo cumprimento dos direitos indígenas. Segundo Oliveira, este envolvimento se deu em um período em que a maioria dos povos indígenas pernambucanos vivia em situação de extrema pobreza e, em sua maioria, envolvidos em conflitos fundiários por não terem suas terras demarcadas. A autora aponta como fruto deste percurso novas alianças, que foram surgindo junto a outras ONGs ligadas ao campo do indigenismo, atuantes no planejamento, assessoria e mobilizações específicas para efetivação dos direitos indígenas<sup>28</sup>.

Um último ponto interessante a ser ressaltado é o recente movimento da APOINME, na busca de uma maior representação política formal, especialmente a partir da crescente capacitação

27 Rufino (2013) discute as mudanças na ação do Conselho Indigenista Missionário frente a transposição do São Francisco e como este contexto possibilitou uma nova forma de articulação entre a Igreja Católica e os indígenas em Pernambuco.

28 A autora retoma o conceito de tutela fraturada, utilizado por Fialho (2003), para caracterizar este processo de envolvimento das ONG's com o movimento indígena. Fazendo referência ao conceito de cidadania fraturada, utilizado por João Pacheco de Oliveira (1999: 193), Fialho (2003: 255) propõe o conceito de tutela fraturada para designar o risco que o movimento indígena corre ao se aliar com outros agentes, que projetam a figura da tutela aos indígenas, mesmo não sendo parte do Estado.





de suas lideranças. Ao abordar os processos de construção de lideranças indígenas, Oliveira aborda um processo recente de busca por especializações e capacitações profissionais para dar conta da demanda do próprio movimento, que vê no *mercado de projetos*<sup>29</sup> uma oportunidade para buscar a autonomia e sua capacidade de auto sustentação. Essas capacitações profissionais podem ser de ordem política ou mesmo técnica, com interesses em campos como o da administração, gerência de projetos ou mesmo organização dos movimentos sociais.

Nos Comitês de Bacias Hidrográficas<sup>30</sup> encontramos outro espaço privilegiado da *luta* indígena contra a obra da Transposição. Instituídos em 1997, os Comitês visavam uma administração integrada entre gestores e usuários das águas de uma bacia hidrográfica, sob a rubrica da chamada “Lei das Águas”<sup>31</sup>. Os comitês de bacias hidrográficas são órgãos de estrutura mista entre o poder público, sociedade civil e empresas usuárias de água que se envolvem na criação de uma gestão participativa da água. A organização desses Comitês é formada pelos seguintes agentes: Plenário, Diretoria, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho e Secretaria Executiva.

Também existe um comitê específico para a bacia do Rio São Francisco. Criado em 2001, o Comitê da Bacia do Rio São Francisco busca integrar a preocupação ecológica em relação aos danos ambientais já causados ao Rio, por conta dos projetos hidrelétricos, bem como solucionar os conflitos de uso da água entre agricultores irrigantes, empresas de abastecimento de água e empresas administradoras dos projetos hidrelétricos. Um grande avanço conquistado na *luta* pela água pelos povos indígenas e comunidades tradicionais do submédio São Francisco foi a criação de uma Câmara Técnica dentro do Comitê de Bacias do Rio São Francisco. Cristiane Julião, antropóloga Pankararu e secretária da APOINME, considera fundamental para os povos indígenas do Rio São Francisco ter sido aprovada, em 2007, uma Câmara Técnica composta por representantes de Movimentos Sociais e de Comunidades Tradicionais (Conselho Indigenista Missionário/CIMI, Comissão Pastoral da Terra/CPT, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas/CONAQ, entre outros). Como me relatou Cristiane, a Câmara Técnica tem caráter consultivo e deliberativo, apesar de não se reunir com a periodicidade desejada na sua implantação. Outro ponto a ser conquistado, segundo a liderança, é a inserção do debate sobre a própria Convenção da Diversidade Biológica (CDB)<sup>32</sup>, que muitas vezes não serve de diretriz

---

29 O termo remete à expressão cunhada por Bruce Albert (2000), em seu esforço de mapear e analisar as associações indígenas da Amazônia, que se multiplicavam na virada dos anos 1990 para os anos 2000. O “mercado de projetos” representava um panorama singular na virada para o terceiro milênio.

30 A literatura sobre os Conselhos de Bacias Hidrográficas no Brasil é vasta. Cardoso (2003) faz uso de parte dessa bibliografia para analisar o caso da participação democrática no Comitê de Bacias em Minas Gerais. Para a autora, a criação dessa estrutura possibilita a participação de novos atores políticos na gestão hídrica, ainda que apresente fragilidades. No entanto, a autora coloca que a novidade da estrutura consiste em dar espaço para se analisar os diversos conflitos existentes dentro das Bacias Hidrográficas, submetê-los à avaliação técnica e planejar a hierarquia das ações a serem tomadas.

31 Título II, cap.1, artigo 33 da Lei nº 9.433, de 8 de Janeiro de 1997.

32 Manuela Carneiro da Cunha (1999) expõe os pormenores das reivindicações das populações tradicionais na regulamentação da CDB, principalmente no que toca o reconhecimento do valor dos saberes locais. Essas formas alternativas de se fazer ciência, que normalmente são oprimidas pela associação entre saber científico e mercado,

para as ações e necessita também da regulamentação do Governo Brasileiro para ter força de enfrentamento das questões específicas do contexto nacional, a exemplo das preocupações com a qualidade e usos da água no país.

O ano de 2012 foi significativo da *luta* dos povos indígenas do Submédio São Francisco por água e território. Em uma reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), apresentou-se uma reivindicação pelo abastecimento do povo Pankararu, em meio a discussões sobre os projetos do Governo Federal, que voltavam a estabelecer grandes modificações nos fluxos do Rio na região. Na ocasião, os povos indígenas e representantes da FUNAI apresentaram um projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI) e políticas públicas específicas voltadas ao meio ambiente.

Outra ocasião de grande importância em 2012 foi a Marcha das Águas. Reuniu diversos movimentos sociais e foi organizada como forma de protesto contra grandes obras de desenvolvimento na região, em especial, representava a manifestação dos povos indígenas contra a construção de uma Usina Nuclear em Itacuruba. A Marcha das Águas também reivindicava outros tipos de investimento em projetos que buscassem a intervenção mais direcionada à vida das comunidades tradicionais, com menor dano ao meio ambiente. A atividade foi considerada a abertura da “Cúpula dos Povos”, evento organizado paralelamente à Reunião “Rio + 20”<sup>33</sup>, entre movimentos sociais de várias nacionalidades e sociedade civil. O documento produzido nesta atividade, a “Carta de Itacuruba”, traz em uníssono as reivindicações dos povos indígenas e comunidades tradicionais do sertão de Itaparica:

Entre os dois eixos da Transposição de águas do Rio São Francisco, em direção ao território indígena Pankará, onde o governo pretende instalar a primeira usina nuclear do Nordeste, no coração do Semiárido em tempo de seca, nós, cidadãos, cidadãs, indígenas, quilombolas, movimentos sociais, populações urbanas, igrejas, homens, mulheres, idosos, jovens e crianças, reunidos na Marcha das Águas, juntos com as entidades promotoras e participantes deste Ato Público, inauguramos a Cúpula dos Povos em pleno sertão de Pernambuco, neste dia 03 de junho.

[...]

O POVO NÃO QUER USINA NUCLEAR! Pois, até hoje centenas de famílias sofrem com os desmantelos causados pela Barragem de Itaparica, hoje denominada Luiz Gonzaga; são marcas profundas que o tempo não apaga.

[...]

Nossa região não precisa de mais uma megaobra problemática, carecemos de investimentos públicos em educação, saúde, segurança, soberania alimentar e hídrica, economia popular e solidária, reforma urbana que humanize a cidade, reforma agrária verdadeira, agilidade no

---

teria na CDB um tipo de garantia de existência.

33 A RIO + 20 foi uma Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, como uma marca de reafirmação dos compromissos firmados ao longo dos 20 anos da Eco 92, assim como a inclusão de novas pautas.





processo de identificação e demarcação dos territórios tradicionais. Queremos investimentos na Convivência com o Semiárido, na agroecologia, queremos água através das adutoras para as populações das cidades e a revitalização do nosso grande manancial que é o Rio São Francisco. USINA NUCLEAR NÃO! (MARCHA DAS ÁGUAS, 2012)

Como procurei demonstrar ao longo do artigo, o que move a ação política dos povos indígenas e comunidades tradicionais no sertão de Itaparica não é exatamente o tipo do *empreendimento* que está em execução, ou mesmo as benesses e serviços prometidos por esses projetos. Além disso, o que essa ação política afirma não é somente as marcas de um passado de modificação territorial, mas uma antecipação do que pode existir em decorrência desses *empreendimentos*, assim como os riscos e prejuízos não só aos modos de vida já atrozmente modificados pelas obras anteriores, mas o destino do Rio e de seus povos. Essa reivindicação sobre o Rio São Francisco não figurava num discurso embasado na propriedade das águas, mas na possibilidade de continuidade das trocas, semelhanças e relações que essas populações mantêm com elas. O Rio, as represas, os territórios submersos, as práticas e manejos da água doce no passado, os conflitos do presente e a imprevisibilidade do futuro constituíam uma forma de territorialidade muito específica dessas populações para com o Rio São Francisco. E a ação política dos povos indígenas foi e é um meio de assegurar a continuidade do exercício dessas relações de territorialidades singulares, apesar das mudanças inerentes aos *empreendimentos* na região.

É importante ressaltar que a relação de *parcerias* entre as comunidades tradicionais e povos indígenas não é automática, simples, muito menos natural. Em momentos de transição e mudança, as relações de afinidade não estão dadas, e conflitos motivados por diversas causas, inclusive, por recursos financeiros, terra e água, podem tomar lugar. É neste sentido que nosso caso etnográfico se mostra relevante para esta discussão, uma vez que a *luta* dos povos indígenas e de suas *parcerias* no Sertão de Itaparica não segue uma direção única e estritamente coordenada, mas compõe um território de existência dinâmico, que se desenrola por caminhos, movimentos e fluxos em um ambiente em constante transformação. A extensão desse território se espalha por caminhos muitas vezes distantes das margens do São Francisco, confluindo novamente em mobilizações na capital do estado, do país e em espaços de diálogo internacionais. Suas reivindicações não opõem localidade e amplitude, mas compõem estratégias de ação em contextos de clara desigualdade, objetivando a continuidade da existência do ambiente vivido no Sertão de Itaparica.

## Referências Bibliográficas

ALBERT, B. Associações Indígenas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira, In: RICARCO, C. A. (org.) *Povos Indígenas no Brasil 1996/2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental, p. 197-203, 2000.

ALBUQUERQUE, M. A. S. *O regime imagético Pankararu: Performance e arte indígena na cidade de São Paulo*. Florianópolis: UFSC, 2017. 425p .

ALMEIDA, A. W. B. *Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: Pgsca, 2008.

ARRUTI, J. M. *O Reencantamento do Mundo: Trama Histórica e Arranjos Territoriais Pankararu*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

CARDOSO, M. L.. Desafios e Potencialidades dos Comitês de Bacias Hidrográficas. *Ciência e Cultura (SBPC)*, v. 55, n.4, p. 40-41, 2003.

CARNEIRO DA CUNHA, M. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 147-163, 1999.

COMERFORD, J. C. *et al. Giros Etnográficos em Minas Gerais: casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo*. Rio de Janeiro: Faperj/7 Letras, 2015.

FIALHO, V. *Desenvolvimento e associativismo indígena no Nordeste Brasileiro: mobilizações e negociações na configuração de uma sociedade plural*. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Comunicados do Ipea nº61 – Migração Interna no Brasil. Brasília: Ipea, 2010.

KRAUSE, F. Rivers, borders, and the flows of the landscape. In: Kannike, A. & Tasa, M. (Org.) *The Dynamics of Cultural Borders (Approaches to Culture Theory)*. Tartu: University of Tartu Press, 2010, p. 24-45. Volume 6.





LIMA, R. Um rio são muitos. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MIN). *Relatório de Impacto Ambiental – RIMA do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional*. Brasília, 2004.

OLIVEIRA, J. P. *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

OLIVEIRA, K. E. *Estratégias Sociais no Movimento Indígena: representações e redes na experiência da APOINME*. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010.

PIERSON, D. *O Homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972.

RUFINO, M. P. Águas da discórdia: a transposição das águas do Rio São Francisco e as mudanças de curso da missão indigenista católica. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 56, p. 15-44, 2013.

SALOMÃO, R. D. B. Tradição, Práticas Rituais e Afirmação Étnica entre os Tuxá de Rodelas. *Cadernos do LEME*, Campina Grande, v. 3, n. 1, p. 2-24. jan.-jun. 2011.

SAMPAIO SILVA, O. Índios Pankararu, de Itaparica, Pernambuco (Pesquisa realizada em 1975). *Cadernos do LEME*, Campina Grande, v. 5, n. 1, 2013.

SAMPAIO SILVA, O. *Tuxá*. São Paulo: Annablume, 1997.

SCOTT, R. P. *Negociações e Resistência Persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

TEÓFILO, R. *A Fome*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979

TOMÁZ, Alzeni et al. *Povos indígenas do Nordeste impactados com a transposição do rio São Francisco*. APOINME, AATR, NECTAS/UNEB, CPP e CIMI, 2008 (Relatório de denúncia).

VIANA, C. *Conflitos Socioambientais do Projeto de Integração do Rio São Francisco*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

VILLA, M. A. *Vida e Morte no Sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Editora Ática, 2001.